

Relatório e Contas

2014

Índice:

- 1 – Relatório do Conselho de Administração
- 2 – Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
- 3 – Balanço
- 4 – Demonstração de Resultados
- 5 – Fluxos de Caixa
- 6 – Anexo às Demonstrações Financeiras
- 7 – Inventário de Títulos e Partic. Financeiras
- 8 – Activos Tangíveis e Intangíveis
- 9 – Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 10 – Certificação Legal das Contas



Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas,

Nos termos da lei e os estatutos da nossa empresa submetemos à vossa apreciação, discussão e voto o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2014.

Enquadramento Internacional

Em 2014 a economia europeia cresceu 0.9% na zona euro e 1.3% na União Europeia, segundo estimativas divulgadas pelo Eurostat. Face ao período homólogo, no último trimestre de 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou cerca de 0.9% na zona euro e 1.3% na União Europeia. Registou-se neste ano uma tendência de crescimento da economia, principalmente no último trimestre. À semelhança do ano anterior, a procura interna teve uma contribuição importante para a aceleração do ritmo de crescimento da economia, graças à contínua recuperação do consumo privado, bem como um aumento do investimento face às melhores perspectivas de melhor crescimento globais. O programa de expansão monetária do BCE contribuiu para uma desvalorização significativa do euro em relação ao dólar (que terá impactos ao nível da competitividade das exportações e desencorajamento às importações), o desanuviamiento da consolidação fiscal e a queda dos preços de petróleo também poderá ajudar a sustentar o aumento do consumo privado.

Em relação a 2015 espera-se uma continuidade na recuperação, de acordo com as previsões da Comissão Europeia.

A economia Portuguesa

Acompanhando a evolução da economia europeia, a economia portuguesa cresceu 0.9% em 2014, uma décima abaixo do esperado pelo Governo. No último trimestre do ano a economia portuguesa apresentou um crescimento de 0.5% face ao trimestre imediatamente anterior.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) a economia terá crescido 0.7%, comparando o último trimestre de 2014 com o mesmo trimestre de 2013. Devido à desaceleração da procura interna, o PIB não cresceu tanto no último trimestre de 2014 como no trimestre homólogo, porém este efeito foi minorado por um contributo menos negativo das exportações que começaram a recuperar.

A taxa de desemprego em 2014 registou uma descida para 13,9% face ao ano de 2013, em que a taxa de desemprego foi de 16.2%.

Adicionalmente, de acordo com o Banco de Portugal, verificou-se uma recuperação continuada da confiança dos consumidores ao longo de 2014, permanecendo em valores superiores à média dos



últimos 10 anos. Esta evolução favorável também se verificou na generalidade dos indicadores de confiança, traduzindo-se num aumento do indicador de sentimento económico.

A dívida pública portuguesa era em Setembro de 2014 a terceira mais alta da União Europeia, representando então 131.4% do PIB, de acordo com o Eurostat, valor superior ao definido pelo Governo. Os juros da dívida pública, no mercado secundário, estão a cair em todos os prazos. Em Setembro Portugal emitiu dívida a 15 anos e captou 3.500 milhões de euros, a uma taxa de juro de cerca de 4%.

Mercado de Factoring

O mercado de factoring atingiu um volume de negócios total de 21 403 803 K€ em 2014, o que representa uma diminuição de 1.3 % relativamente ao ano 2013, depois duma diminuição de 5.5% relativamente ao ano 2012. O factoring doméstico atingiu 11 634 595 K€, o que representa uma diminuição de 5.7 % relativamente ao ano 2013. Por sua vez, o factoring internacional atingiu 2 802 214 K€, o que revela um crescimento de 7.6%. O confirming representou 6 966 994 K€ em 2014, crescendo cerca de 3.4% em relação ao ano homólogo.

Em termos percentuais, em 2014, o factoring doméstico representa 54.4 % do total, contra 56.9 % do ano 2013, o factoring internacional representa 13.1 % do total, contra 12% ao ano 2013. Por fim, o confirming aumentou 1.5% do total dos negócios do sector desde o ano anterior.

A evolução do mercado, considerando a actividade e estratégia da BNP Paribas Factor IFIC S.A., é pouco favorável devido à evolução do peso do factoring doméstico, que tem mais peso na empresa, contrária à evolução do peso do factoring internacional e confirming no total de volume de negócios do mercado.

Evolução da sociedade

O ano de 2014 revelou-se um ano de crescimento da instituição, no que se refere aos resultados obtidos relativos ao factoring nacional e internacional. As exigências que o mercado tem vindo a apresentar juntamente com os novos eixos estratégicos que a BNP Paribas Factor IFIC S.A. adoptou a partir de 2011 impactam no actual panorama.

Volume de negócios

O principal objetivo para a BNP Paribas Factor IFIC S.A. passa pelo crescimento do volume de negócios aliado a um crescimento em termos de quota de mercado, independentemente das restrições estratégicas definidas. Apesar do novo rumo estratégico, com um elevado rigor ao nível do risco bem como o controlo de toda a estrutura de custos, e tendo em conta o cenário extremamente competitivo - pois o sector conta com a presença dos maiores bancos a actuar em Portugal, com redes próprias - a BNP Paribas Factor IFIC S.A. mantém-se no TOP 5 das maiores instituições de factoring em Portugal e com uma quota de mercado de 9.2% (incluindo confirming),



a quinta maior quota entre as empresas de factoring. Se consideramos apenas o factoring nacional e internacional, principais apostas da BNP Paribas Factor IFIC S.A. por opção estratégica, a instituição representa uma quota de mercado de 13.57%, que constitui a segunda maior quota.

Em 2014, o factoring doméstico continua a constituir o maior peso no volume de negócios, com 71% do total, seguido do factoring internacional com 29%.

Proveitos de exploração

A sociedade registou uma baixa de 5.48% das comissões líquidas cobradas, as quais atingiram os 4 105 K€, tendo os juros líquidos atingido 9 330 K€, o que tem subjacente uma alta de 27.51%.

Custos de exploração

Os custos suportados pela Sociedade ficaram dentro do orçamentado, determinando que o rácio «cost/income» seja de 35.4%.

Custo do risco

Não obstante uma conjuntura que continua difícil, a empresa conseguiu baixar muito os níveis de sinistralidade, sendo que grande parte das provisões tiveram como objectivo reforçar dossiers já existentes.

Posicionamento da Sociedade

A BNPP Factor IFIC S.A. iniciou a sua actividade em Novembro de 1987, sendo a primeira sociedade de factoring do Grupo. O Grupo BNP Paribas, criou uma rede europeia de sociedade de factoring, através da constituição de novas sociedades e da aquisição de outras, alcançando a liderança do sector.

Um dos objectivos da BNP Paribas Factor IFIC S.A. é manter o seu projecto de desenvolvimento no mercado Português do factoring assim como aumentar a quota de mercado e consolidar a sua posição no ranking do sector.

A BNPP Factor IFIC S.A. em 2014 apresenta uma quota de mercado de 13.57% considerando o factoring doméstico e internacional. Os créditos tomados apresentam um total de 1 959 142 K€, enquanto em 2013 apresentaram um total de 1 857 876 K€, que revela uma evolução positiva de 5.5%. Relativamente ao factoring doméstico assinalou uma evolução de 11% em relação ao ano anterior, representando, em 2014, 1 393 272 K€, enquanto o factoring internacional registou uma variação de -6.25%, representando 565 870 K€.

Em relação à concorrência, com pressuposto da exclusão do confirming, o BNPP Factor IFIC S.A. encontra-se em 2º lugar no que toca à quota de mercado, sendo o único player no TOP4 que apresenta uma taxa de crescimento positiva, embora pese que os restantes players são bancos que têm redes próprias de balcões, podendo oferecer aos clientes uma oferta global, com a integração do factoring nas suas redes bancárias.

 3





De modo a continuar a ser uma referência no factoring a instituição continuará a privilegiar relações comerciais com os clientes e a apostar fortemente na qualidade dos seus serviços, diferenciando-se pela flexibilidade, rapidez e solução a cada um dos clientes.

A BNP Paribas Factor IFIC, S.A. continuará também a apostar no desenvolvimento dos negócios das médias empresas nacionais produtoras de bens e serviços transaccionáveis, de modo especial das exportadoras, assegurando-lhes financiamento competitivo, um processo de cobrança eficiente e um seguro de crédito adequado. Adicionalmente reforçará a sua aposta no desenvolvimento do factoring internacional através da rede BNP Paribas Factor Internacional.

O controlo do aumento da sinistralidade passa pela manutenção da selectividade na selecção dos clientes e o rigor na execução das operações.

Gestão dos Riscos

A actividade desenvolvida pela BNPP Factor, embora sendo uma IFIC (Instituição Financeira de Crédito), o que lhe permite deter e gerir um vasto leque de negócios, está apenas vocacionada e focalizada para o factoring, o qual se traduz na tomada de créditos de curto prazo e adiantamentos sobre os mesmos, mediante observância de um contrato escrito celebrado com os clientes.

Assim, os riscos a que a Instituição está mais exposta são os riscos de crédito e os riscos operacionais.

1. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição.

O risco de crédito é um risco considerado pela Instituição como relevante dado que a sua actividade depende unicamente da sua carteira de clientes e, consequentemente, do grau de cumprimento destes.

A avaliação das imparidades da carteira é efectuada em conformidade com o disposto na IAS 39 e tendo em consideração as características específicas da sua actividade.

A análise é efectuada de acordo com as seguintes abordagens:

- Créditos com e sem indícios de imparidade - definição: consideramos créditos com indícios de imparidade, todos os créditos em que haja atrasos ou alterações da forma de pagamento habitual. Para além disto, consideramos indícios de imparidade, todas as informações externas



negativas, tais como redução de limite de crédito pela seguradora, existência de incidentes, dívidas ao Fisco e à Segurança Social e moras registadas no BdP.

- Análise Colectiva de Imparidade: considerando a homogeneidade da carteira de crédito (factoring), a avaliação colectiva da imparidade económica da carteira de créditos é calculada tendo por base as taxas históricas (últimos 10 anos), (i) de entrada dos créditos em contencioso e (ii) de recuperação de créditos pelo contencioso. Esta análise tem demonstrado que, as provisões contabilizadas são substancialmente superiores ao risco de crédito histórico (análise colectiva).
- Análise individual de Imparidade: sempre que sejam detectadas situações que configurem dificuldades, comportamentos inadequados ou escroqueria, serão imediatamente considerados em vigilância e alerta (*Watch-list*), com acompanhamento permanente e decisões adequadas para minorar ou evitar perdas. O cálculo da imparidade individual é efectuado crédito a crédito, quando existam indícios objectivos de existência de imparidade individual, entre outros, os seguintes:
 - Incidentes e Incumprimentos;
 - Registo de incidentes na CRC do BdP;
 - Alertas de risco que indiquem degradação da situação da empresa ou grupo;
 - Penhora de contas;
 - Pedidos de insolvência;
 - Dívidas ao Fisco e Segurança Social;
 - Acentuado aumento da probabilidade de incumprimento;
 - Contas degradadas.

De sublinhar que, o valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

O crédito em situação de incumprimento é acompanhado pela Direção de Risco e Contencioso. Ao longo do processo, são equacionadas todas as soluções que privilegiem a regularização dos créditos de forma extra-judicial. Na impossibilidade de ressarcimento dos créditos a Instituição recorre à via judicial.

2. Risco de Operacional

O Risco operacional no universo BNP Paribas define-se como a ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas ou externas, de a actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de “outsourcing”, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

4 B&B 5
P 70



No que diz respeito à BNP Paribas Factor, a gestão do risco operacional rege-se pelos princípios do Grupo BNP Paribas tendo como base um conhecimento profundo do processo de negócio, do ambiente e contexto económico, suportado por um conjunto de regras, metodologias e procedimentos reconhecidos.

O cálculo dos fundos próprios para a cobertura do risco operacional é efectuado com base no método standard, em base individual.

O processo de gestão de risco operacional assenta numa meticulosa cartografia de riscos que tem por último a mitigação deste risco em específico e todos os riscos a que a entidade está sujeita face à sua tipologia de negócio.

Numa primeira fase é efectuado um levantamento de todos os eventos que de alguma forma poderiam fazer com que a entidade incorresse em risco. Baseado na metodologia Basel 2, os eventos são correlacionados com o tipo de risco ou riscos e o tipo de efeito ou efeitos.

Depois de avaliada a frequência e gravidade potencial que estes eventos teriam a nível do capital e resultados da entidade é determinado o *Underlying Risk*.

Através de um exaustivo e rigoroso levantamento de todos os procedimentos e controlos existentes quer de 1º quer de 2º nível que de alguma forma irão mitigar a probabilidade de ocorrência dos mesmos, é possível ter uma boa avaliação do actual sistema de controlo interno.

Por ultimo e utilizando *Dynamic Indicators*, contendo os incidentes históricos temos como resultado o risco residual, risco tal que a entidade está preparada para incorrer para desempenhar a sua actividade conforme delegação do Conselho de Administração.

Para além da referida metodologia de gestão de risco operacional, a entidade implementou o Plano de Continuidade da Actividade (PCA) que visa a continuidade do negócio em situações de desastre que impeçam o normal funcionamento ou conduzam à inoperacionalidade das infraestruturas físicas, tecnológicas e humanas.

Perspectiva da economia Portuguesa para 2015

As projecções do Banco de Portugal apontam para um aumento do PIB de 1.5%, contemplando uma manutenção de um crescimento das exportações e aceleração da Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF), a par de uma diminuição das importações. Prevê-se também uma desaceleração de 0.1% do consumo privado. Por sua vez, a procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do sector privado e pelo processo de consolidação orçamental. Espera-se que a inflação apresente níveis reduzidos, pois deverão manter-se pressões descendentes sobre os preços ao nível interno e externo.

A Comissão Europeia prevê que em 2015 o défice orçamental se fixe nos 3.2% e estima uma descida da taxa de desemprego para 13.4%. No que diz respeito à inflação antecipa que suba de -

4 185 6 12 18



0.2% em 2014 para 0.1% em 2015. Porém, no que toca ao défice orçamental o Governo antecipa um défice de 2.7%, apresentando uma perspectiva mais positiva.

Inexistência de dívidas ao Estado e Segurança Social

Declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Desde o encerramento do exercício até esta data não ocorreram factos cuja relevância justifique menção especial.

Gratificação aos colaboradores

O Conselho de Administração reconhece o trabalho esforçado dos colaboradores da Sociedade neste contexto de dificuldades.

Com o objectivo de compensar financeiramente os colaboradores pelo bom desempenho da Sociedade, a administração decidiu constituir uma provisão para gratificação aos colaboradores no montante total de 165.000,00 euros.

Proposta de distribuição de resultados

Nos termos da lei propomos a seguinte distribuição dos resultados do exercício, que foram de 5 472 681.66 €:

Para reserva legal547 268.20 €

Para dividendos4 925 413.46 €

Porto, 20 de Fevereiro 2015

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para cumprimento do estipulado nos artigos nº 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

Artigo 447º nº 5

- BNP Paribas, S.A.	2.629 600 acções
- Bozana Douriez Sorovic	100 acções
- Patrick de Villepin	100 acções
- François Laplace	100 acções
- Pierre Jacques Marie Hamy	100 acções

Artigo 448º nº 4

Accionistas com mais de metade do Capital Social:

- BNP Paribas, S.A.	99.98%
---------------------	--------

4 BSG A C

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Base individual - NCA)

euros

		euros				
Rubricas	Notas Quadros anexos	2014			2013	
		Valor Antes de provisões imparidades e amortizações	Provisões, Imparidades e amortizações	Valor Liquido	Liquido	
		1	2	3 = 1 - 2		
Activo						
10+3300	Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	755.06		755.06	1 564.13	
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	18 599 326.84		18 599 326.84	680 357.72	
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1)	Activos Financeiros detidos para negociação					
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1)	Outr.Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1)	Activos financeiros disponíveis para venda					
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018 (1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531 (1)-5300-53028 (1)-3710	Aplicações em instituições de crédito	13	6 000 000.00	6 000 000.00	8 000 000.00	
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108-34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880	Crédito a clientes	11	389 053 207.18	16 531 558.89	372 521 648.29	314 137 890.55
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303	Investimentos detidos até à maturidade					
156+158(1)+159(1)+22+3307-3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de Cobertura					
25-3580-3713(1)	Activos não correntes detidos para venda	18	1 998 758.55	500 000.00	1 498 758.55	1 225 590.55
26-3581(1)-360(1)	Propriedades de investimento					
27-3581(1)-360(1)	Outros activos tangíveis	5	829 770.75	794 086.55	35 684.20	47 920.78
29-3582-3583-361	Outros activos intangíveis	5	202.51	202.51	0.00	0.00
24-357-3713(1)	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		16.00	16.00	16.00	16.00
300	Activos por impostos correntes		35 056.45	35 056.45	0.00	0.00
301	Activos por impostos diferidos	3	1 284 199.13	1 284 199.13	1 365 082.44	1 365 082.44
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310+(1)+338+34018(1)+3408+(1)+348(1)-3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-53028(1)-5304-5308(1)+54(1)(3)	Outros Activos	16 e 18	1 300 877.84	1 300 877.84	1 177 152.88	1 177 152.88
TOTAL DO ACTIVO			419 102 170.31	17 825 847.95	401 276 322.36	326 635 575.05

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração







BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas/ Quadros anexos	2014			2013
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	valor liquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38-3311(1)- 3410+5200+5211(1)+5318(1)					
43					
39-3311(1)-3411+5201 +5211(1)+5318(1)	12 e 13	216 927 641.31		216 927 641.31	160 185 235.62
40+41-3311(1)-3412-3413+5202 +5203+ 5211(1)+5310+5311					
42-3311(1)- 3414+5204+5211(1)+5312					
46-3311(1)-3415+5205 +5211(1)+5313					
44					
45					
47	15	4 674 315.35		4 674 315.35	2 907 821.90
490		0.00		0.00	0.00
491					
481					
48-481-3311(1)- 3416+5206+5211(1)+5314	13	7 987 978.97		7 987 978.97	7 987 978.97
51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2) +5207+5208+5211(1) +528+538+5318(1)+54(1)(3)	16 e 18	91 298 066.34		91 298 066.34	75 138 258.16
Total do Passivo		320 888 001.97		320 888 001.97	246 219 294.65
55	26	13 150 000.00		13 150 000.00	13 150 000.00
602		43 477 700.00		43 477 700.00	43 477 700.00
57					
58+59					
60-602+61	26	18 287 938.73		18 287 938.73	17 676 756.32
-56					
64	26	5 472 681.66		5 472 681.66	6 111 824.08
-63					
Total de Capital		80 388 320.39		80 388 320.39	80 416 280.40
Total do passivo + Capital		401 276 322.36		401 276 322.36	326 635 575.05

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Base individual - NCA)
euros

CODIGO DAS CONTAS		Notas/ Quadros anexos	2 0 1 4	2 0 1 3
79+80(1)+8120	Juros e rendimentos similares	6	9 758 357.07	7 736 422.66
66+67(1)+6820	Juros e encargos similares	6	-428 485.51	-419 521.60
	Margem financeira		9 329 871.56	7 316 901.06
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81(1)-812	Rendimentos de serviços e comissões	7	4 589 753.19	4 915 213.70
68(1)-6820	Encargos com serviços e comissões	7	-481 223.47	-568 539.61
-692-693-695(1)-696(1)-698+832	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo			
+833+835(1)+836(1)+838	valor através de resultados (líquido)			
89 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)		153 244.04	0.00
-691-697-699(1)-725-726(1)-831				
+837+839(1)+843+844(1)	Resultados de alienação de outros activos			
-695(1)-696(1)-699(1)-75-720-721-722-723-725-726(1)				
-728+835(1)+836(1)+839(1)+840+843+844(1)+848	Outros resultados de exploração	10	441 168.18	2 020 158.64
	Produto bancário		14 032 813.50	13 683 733.79
70	Custos com o pessoal	8	-1 965 478.08	-1 946 846.78
71	Gastos Gerais administrativos	9	-2 832 316.66	-3 100 477.32
77	Depreciações e amortizações	5	-15 023.55	-18 800.15
781+783+784+785+786+788-881-883-884-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-1 766 493.45	215 537.95
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a	15	493 358.20	-62 680.85
-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822-848(1)	receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)			
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625				
+7630+7641+765+766+78002(1)+78012(1)+7823				
+7828(1)-870-8720-8718-87211-87221(1)-8723-8724				
-8726-8730-8741-875-876-88002(1)-88012(1)-8823	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e			
-8828(1)	recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)				
-877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		7 946 859.96	8 770 466.64
	Impostos			
65	Correntes		-2 393 294.99	-2 738 030.27
74-86	Diferidos	3 - J)	-80 883.31	79 387.71
	Resultados após impostos		5 472 681.66	6 111 824.08
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
640	Resultado líquido do exercício		5 472 681.66	6 111 824.08

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	5 472 681.66	6 111 824.08
Amortizações e Depreciações	15 023.55	18 800.15
Provisões e Imparidade	-1 617 453.66	-3 150 724.31
(Aumentos) Diminuições de Activos Operacionais		
Crédito sobre Clientes	-55 074 562.92	55 029 017.38
Outros Activos e Outras Contas de Regularização	-25 258.08	-435 336.99
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	56 742 405.69	-42 330 102.33
Outros Passivos e Outras Contas de Regularização	15 908 752.46	-12 058 901.31
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	21 421 588.70	3 184 576.67
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizações Corpóreas	-2 786.98	-7 611.22
Aquisições de Imobilizações Incorpóreas		
Aquisições Financeiras		-16.00
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2 786.98	-7 627.22
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumentos de Capital		
Dividendos e Gratificações de Balanço	-5 500 641.67	-6 049 050.09
Diminuição de Resultados Transitados		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-5 500 641.67	-6 049 050.09
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	15 918 160.05	-2 872 100.64
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	8 681 921.85	11 554 022.49
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	24 600 081.90	8 681 921.85

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em euros)

Introdução

A BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social de BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, SA. Em 01/10/2007 assumiu a natureza jurídica de IFIC – Instituição Financeira de Crédito, alargando, estatutariamente, o âmbito dos negócios que pode realizar. Contudo, a BNP Paribas Factor, SA continuou a desenvolver no exercício em análise, exclusivamente, a actividade de factoring nas suas diversas configurações.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

Nota 1 – Ajustamentos nas contas do exercício anterior

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados nas Contas do exercício anterior.

Nota 2 – Políticas contabilísticas

2.1 - Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental da Sociedade, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, através dos Avisos 1/2005 e 4/2005.

2.2 – Alteração de Políticas contabilísticas (IAS8)

Juros de mora reconhecidos: Até 31 de Dezembro de 2013, os juros de mora devidos por clientes, eram reconhecidos quando verificados, em simultâneo, o direito legal à cobrança, o recebimento efectivo e a confirmação formal de boa aceitação dos juros de mora pelos clientes. A partir de 1 de Janeiro de 2014, a BNP Paribas Factor passou a reconhecer os juros de mora, desde que recebidos e verificado o direito legal à cobrança dos mesmos independentemente da confirmação formal de boa aceitação pelos clientes. No entanto, esta alteração de política contabilística, não foi objecto de aplicação retrospectiva, tendo sido reconhecidos como resultados no exercício de 2014, 2.424.000 euros de juros de mora imputáveis a exercícios anteriores.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Juros de mora não reconhecidos: Permanecem contabilizados numa conta de regularização um montante de 950.926 euros referentes a valores cobrados (a BNP Paribas Factor considerou uma parte do pagamento como juros pelo atraso, enquanto o devedor entende que efectuou a liquidação do capital) e prudentemente não imputados a resultados, tendo por base a taxa histórica de redução na negociação do acordo de pagamento destes juros.

Aplicação retrospectiva: Não foi efectuada a aplicação retrospectiva da alteração de política contabilística que, a fazer-se, teria o seguinte impacto nos exercícios anteriores:

<u>Ano</u>	<u>Valor (euros)</u>
2012	1.714.000
2013	710.000
	2.424.000

Nota 3 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2014.12.31, segundo o "fixing" do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,21700
GBP	0,78170
JPY	145,01000

c) – Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica os custos de aquisição de programas informáticos, quando a sua utilização esperada se repercute para além do exercício em que a aquisição ocorreu.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo da vida útil esperada que, regl geral, corresponde a um período de 3 anos.

Os contratos de manutenção do software são reconhecidos como gasto de acordo com a sua vigência temporal.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



d) – Activos tangíveis

Os activos tangíveis são activos utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhe são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os activos tangíveis nunca foram objecto de qualquer reavaliação.

As amortizações dos activos tangíveis são calculados segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização, que refletem a vida útil dos bens:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e Material	8
Máquinas e ferramentas	4 – 5
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8 – 10
Equipamento de Segurança	10
Outro Material	8

e) – Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os rendimentos normais da actividade e os gastos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os valores financiados sendo imputados a gastos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring os juros são cobrados e registados como rendimentos, regra geral, mensalmente, sobre o montante adiantado e sempre imputados ao período a que respeitam.
- Na modalidade de "compras definitivas", o prémio recebido pela antecipação do pagamento é especializado como proveito de acordo com o período que decorre até à maturidade dos créditos adquiridos.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

f) – Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa, é determinada pelo entendimento do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é, também, aplicável actividade de factoring.

Handwritten marks: a checkmark, the letter 'A', the letter 'P', a signature, and the number '4'.



Englobam-se neste caso, os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea a), o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicável aos créditos vencidos, com excepção do primeiro escalão em que é utilizada a mesma taxa.

Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrabilidade dos créditos tomados e juros que se encontrem vencidos há mais de 30 dias. O montante provisionado é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo

Provisão para riscos gerais de crédito

É uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito vincendo não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos e (factoring com recurso adiantado), excluindo o considerado no âmbito da provisão para crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao universo da Administração Central definido pelo Banco de Portugal.

Outras Provisões

Em 2014 foi constituída uma provisão que se destina a fazer face à eventualidade de uma perda e consequente contribuição para o Fundo de Resolução, no âmbito da operação de venda do Novo Banco, SA.

Foi, ainda constituída uma provisão que se destina a fazer face a eventuais gastos de gerais.

Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo.

g) – Férias e subsídio de férias

Está considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, a pagar no ano de 2015.

h) – Registo de operações de factoring

Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso, os valores adiantados aos Aderentes estão registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores sem adiantamento registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação cedida que, contratualmente, não é passível de adiantamento.

i) – Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso. Contudo, a Sociedade ressegura numa Companhia de Seguros a carteira sem recurso, com excepção da Administração Central, dividindo desta forma o risco das respectivas operações, incluindo as efectuadas com o exterior.

As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.

j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2014 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2013 e o movimento ocorrido no exercício findo é resumido de acordo com o quadro seguinte:

Activos por impostos diferidos	Saldos em 31 de Dezembro de 2013	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro 2014
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Provisões, Imparidade e diferenças temporárias	1.365.082	80.883		1.284.199

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

Handwritten signatures and initials: 7, 86, P, OSO, 4

k) – Aplicações por recuperação de créditos

Esta rubrica corresponde a dois imóveis (um terreno urbano e outro terreno rústico) que vieram à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, encontrando-se registados na rubrica de "Activos não Correntes Detidos para Venda"

Nota 4 - Inventário da Carteira de Títulos.

A sociedade apresenta a sua carteira de títulos no seu activo, conforme anexo III.

Nota 5 – Movimento e Saldos dos Activos Tangíveis e Intangíveis

É apresentado em separado o Anexo IV.

Nota 6 – Juros – Rendimentos e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos à Ordem		
Juros de Aplicações	340.355	432.749
Juros de Crédito Interno		
Com Recurso	9.418.002	7.303.674
Sem Recurso		
	9.758.357	7.736.423
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos Alheios		
Juros de Depósitos à ordem	4.073	3.590
Empréstimos de Curto Prazo	373.324	366.170
Empréstimos Subordinados	50.874	49.447
Outros Empréstimos	215	315
	428.486	419.522
Margem Financeira	9.329.871	7.316.901

Nota 7 – Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Comissões Recebidas Por Operações de Factoring	4.511.388	4.799.710
Outras Comissões Recebidas	78.365	115.504
	4.589.753	4.915.214
Comissões Pagas		
Comissões por Serviços Bancários Prestados	481.223	568.540

Nota 8 – Custos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	41.580	43.407
Remunerações dos Empregados	1.313.334	1.340.746
Encargos Sociais Obrigatórios	314.168	317.893
Outros Custos com o Pessoal	296.396	244.801
	1.965.478	1.946.847

Nota 9 – Gastos Gerais e Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Água, Energia e Combustíveis	72.391	73.195
Material de Consumo Corrente	17.220	17.597
Rendas e Alugueres	109.953	112.264
Comunicações	94.150	90.378
Deslocações, Estadas e Representação	22.707	18.546
Publicidade e Publicações	10.345	2.364
Conservação e Reparação	29.105	35.647
Formação	2.839	3.000
Seguros	706.491	656.354
Serviços Especializados	1.268.820	1.477.062
Serviços Externos e ACE	488.060	598.095
Outros Gastos Diversos	10.236	15.975
	2.832.317	3.100.477

Nota 10 – Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em Operações Descontinuadas		
Ganhos em Operações Financeiras		
Reembolso de Despesas	139.948	4.112
Recuperação de Crédito, Juros e Despesas	63.060	1.887.594
Rendimentos por Prestação de Serviços	206.644	191.335
Outros Proveitos de Exploração	294.726	243.397
	704.378	2.326.438
Outros Custos de Exploração		
Impostos Indirectos		
Imposto de Selo	250	
Imposto sobre Transportes Rodoviários	55	55
Impostos Directos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	231	301
Contribuição Sobre o Sector Bancário	159.051	169.425
Fundo de Resolução BdP	27.266	63.936
Rendas de Locação Operacional	61.898	58.077
Quotizações e Donativos	13.839	11.500
Perdas Realizadas		
Multas, Juros de Mora e Compensatórios	565	342
Outros Custos de Exploração	54	452
	263.209	306.279

A rubrica "Outros Proveitos de Exploração", refere-se ao desconto obtido na compra definitiva de créditos. Este prémio é periodizado tendo em conta o prazo médio de vencimento dos créditos adquiridos.

Nota 11 - Créditos a Clientes e Gestão do Risco

Créditos a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2014, este saldo tem a seguinte composição:

Créditos tomados de curto prazo:

	<u>Com recurso</u>	<u>Sem recurso</u>	<u>Total</u>
- Crédito não vencido	35.129.029	313.771.584	348.900.613

Crédito de Cobrança Duvidosa

< 3 meses	9.896.949
Entre 3 e 6 meses	132.519
Entre 6 e 9 meses	0
Entre 9 e 12 meses	0
Entre 12 e 15 meses	0
Entre 15 a 18 meses	0
Entre 18 a 24 meses	0
> 24 meses	0
	<u>10.029.468</u>
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	(115.534)

Crédito e juros vencidos

Crédito concedido sobre Administração Central e Local	267.887
Crédito concedido sobre outras entidades:	
< 3 meses	12.766.716
Entre 3 e 6 meses	1.070.317
Entre 6 e 9 meses	-298
Entre 9 e 12 meses	-2.275
> 12 meses	16.020.779
	<u>30.123.126</u>
Provisão para crédito e juros vencidos	(16.416.025)

372.521.648

De acordo com o artigo 15º nº. 1.1 do Aviso 3/95, de 30 de Junho, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, os créditos concedidos a entidades da Administração Central e a entidades cujos créditos estejam garantidos pelo Estado Português não são passíveis de constituição de provisões para riscos específicos e gerais de crédito, pelo que a Sociedade não constituiu qualquer provisão para esses créditos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Em 31 de Dezembro de 2014, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 24.299.931,78, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial "Contratos com recurso – Facturas não financiadas".

Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser devolvidos ao Aderente após 90 dias da data de vencimento (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2014, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	12.766.716
De 90 a 180 dias	1.070.317
De 180 a 270 dias	-298
De 270 dias a 1 ano	-2.275
Mais de 1 ano	6.418.275
Contencioso e Preocupantes	9.870.391
	<hr/>
	30.123.126

Em 31 de Dezembro de 2014, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 77,40% do total dos créditos em carteira nessa data. A sua distribuição era a seguinte:

<u>Adiantamentos</u>	
Sem recurso	276.597.355
Com recurso	36.249.649

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2014, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito, para crédito não vencido, no montante de euros 3.474.315,35 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos, de acordo com as regras de provisionamento do Banco de Portugal.

Gestão de Riscos

A BNP Paribas Factor, tem implementada uma gestão de riscos que permite assegurar a avaliação de exposições e respectivas políticas de imparidades, de acordo com a IAS 39 (Anexo V).

Mensuração da carteira de crédito (Anexo V): A carta circular nº. 2/2014/DSP trás novas exigências ao nível da mensuração da imparidade da carteira e respectivas divulgações.

Com referência a 31.12.2014 a BNP Paribas Factor apura as imparidades da carteira com base (i) primeiramente nas regras do BdP e (ii) posteriormente através de uma análise individual (via watch-list através de indícios de imparidade, conforme divulgado no Anexo V). Adicionalmente a BNP Paribas Factor efectua uma análise colectiva de imparidade tendo por base a eficácia histórica do contencioso (últimos 10 anos), a qual se apresenta substancialmente inferior às imparidades e provisões da carteira de crédito contabilizadas em 2014 (riscos específico e gerais de crédito).

[Handwritten signatures and initials]

Nota 12- Débitos para com instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>À vista</u>	
Descobertos bancários	6.516.486
<u>A curto prazo</u>	
Hot Money	210.388.943
Desconto de letras	22.212
	<hr/> 210.411.155
	<hr/> 216.927.641

Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.

Os montantes dos débitos correspondentes aos "Recursos de Outras Instituições de Crédito" desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	216.927.641
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

Nota 13 - Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

BALANÇO

Activo:	
. Disponibilidades em outr. Instit.crédito	18.365.919
. Aplicações em outras instituições de crédito	6.000.000
. Juros de Aplicações em outras instit.crédito	120.626
Passivo:	
. Recursos de outras instituições de crédito	215.281.098
. Outros passivos	417.653
. Passivos subordinados	7.987.979

A rubrica "Aplicações em outras instituições de crédito" refere-se a uma aplicação de macro cobertura de 20.000.000 de euros a 10 anos, efectuada em 2007, com pagamento de juros e reembolso de 2.000.000 de euros anualmente. A liquidação ocorrerá até 2017/07/30.

Handwritten signatures and initials: 76, P, 080, and a lightning bolt symbol.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Juros de Aplicações	340.355
Juros e encargos similares	428.700
Outras comissões pagas	70.158
Outros encargos e gastos operacionais	1.414.763

Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista.	4.869.943
- Até 3 meses	210.411.155
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

Nota 14 - Empréstimos Subordinados

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- Amortização:

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré-acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um "spread" de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado, estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

Nota 15 - Provisões e Imparidade:

Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	112.293	45.679	42.438	-	115.534
Crédito vencido	19.803.213	321.669	818.268	2.890.589	16.416.025
Riscos Gerais de Crédito	2.857.822	616.493	-	-	3.474.315
Outras Provisões	50.000	1.150.000	-	-	1.200.000
	22.823.328	2.133.841	860.706	2.890.589	21.205.874

Imparidade:

	Saldo Inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	500.000	-	-	500.000

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em 31 de Dezembro de 2014, a Imparidade Acumulada existente, referente a "Activos não Financeiros Detidos para Venda" refere-se à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento.

Em 31 de Dezembro de 2014 foi constituída uma provisão de 1.000.000 euros para fazer face à eventualidade de uma perda e consequente contribuição extraordinária para Fundo de Resolução (criado pelo Decreto-Lei nº. 31-A/2012, de 10 de Fevereiro), no âmbito da operação de venda do Novo Banco S.A.

Esta estimativa, decidida pelo Grupo BNPP para as entidades a operar em Portugal e que integram o Fundo de Resolução, reflecte a melhor estimativa possível, tendo por base critérios e princípios conservadores e a melhor informação disponível à data.

Nota 16 - Acréscimo e Diferimento de Proveitos e Custos e Outras Contas de Regularização:

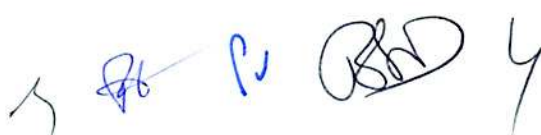
- Saldos das seguintes contas:

- Rendimentos a Receber	162.073
- Despesas com Encargo Diferido	190.632
- Outras contas de regularização – Activo	948.173
	<u>1.300.878</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	3.646
Por Gastos com o Pessoal	399.092
De Outros Encargos a Pagar	720.438
- Receitas com Rendimento Diferido	417.393
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados	3.092.454
Diversas Operações a Regularizar	18.995.176
	<u>23.628.199</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de "Outras Contas de Regularização - Activo", inclui, como valores mais relevantes, o montante de 405.908 euros de juros a debitar aos Aderentes dos adiantamentos de Dezembro, 18.184 euros de Imposto de Selo sobre os referidos juros, 99.500 euros de imposto de selo estimado, pela utilização de crédito durante o mesmo período, 110.284 euros referentes a diversos gastos no loteamento do terreno da "Turreal", 200.511 euros de Imposto de Selo do aumento de capital em 2007, a reembolsar pela AT e 9.507 euros a debitar aos aderentes em Janeiro, correspondentes a serviços prestados em Dezembro.

Também em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Valores Cobrados" refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a imputação às facturas respectivas. A maior parte deste montante foi regularizado durante os primeiros dias de Janeiro de 2014 por contrapartida da rubrica "Créditos a Clientes".

Relativamente à rubrica de "Outras Contas de Regularização – Passivo", expressa, como valores mais relevantes, os montantes de 7.555.922 euros de transferências recebidas em Dezembro e cuja cobrança foi efectuada nos primeiros dias de Janeiro, 10.2324.220 euros de cheques e transferências emitidos em 31 de Dezembro e descontados em Janeiro, 950.926 referentes cobranças e juros não imputados devido a divergência de interpretação dos valores recebidos (a BNPP Factor considerou uma parte do pagamento como juros pelo atraso, enquanto o devedor entende que efectuou a liquidação do capital), 41.417 euros de estimativa de comissões a pagar às correspondentes.



Nota 17- Capital

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital da sociedade de 13.150.000 euros, está representado por 2.630.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

O capital subscrito é detido em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A..

Nota 18 - Activos não Correntes detidos para Venda e Outros Activos e Passivos

Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica "Activos não Correntes detidos para Venda" e "Outros Passivos":

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	1.998.759
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	385.974
- Credores por Contratos de Factoring	66.896.717
- Sector Público Administrativo	<u>387.177</u>
	<u>67.669.868</u>

O montante registado em "Activos não Correntes detidos para Venda" corresponde a:

- Imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em Julho de 2013, por uma empresa independente em euros 1.245.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.
- Imóvel adquirido em resultado de penhora de um devedor (Frutas Sobrinho, SA por euros 273.168 e avaliado em Junho de 2014 em euros 275.000.

Um imóvel do aderente (Frutas Sobrinho, SA), adquirido em leilão das Finanças, para acautelar parte do reembolso do seu débito, por 273.168,00 euros, avaliado em 26 de Junho de 2014 por 275.000,00 euros

Nota 19 - Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção	6
- Enquadramento	6
- Outras funções	<u>20</u>
Total	32

Nota 20 – Remunerações atribuídas aos Órgãos de Gestão e Fiscalização

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2014, foi o seguinte:

- Conselho de Administração	17.580
- Fiscal Único	24.000

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Nota 21 – Valores expressos em moeda estrangeira

Os montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, euros, são os seguintes:

- Activo	16.347.338
- Passivo	13.812.729

Nota 22 – Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilado por linhas de negócio e por mercados geográficos

Como a actividade principal da Sociedade, factoring dirigido a empresas, é desenvolvida exclusivamente em Portugal, todos os proveitos gerados resultam de operações aqui realizadas, muito embora uma parte dos mesmos tenham sido obtidos em operações de importação e exportação.

Nota 23 - Empréstimos Subordinados:

Juros Acrescidos 2013 (1)	Juros Imputados (2)	Juros Acrescidos 2014 (3)	Juros Pagos (4) = (1)+(2)-(3)
1.828	50.874	1.432	51.270

Nota 24 - Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) às taxas normais e correspondentes Derramas (normal e estadual).

Nos termos do Artigo 88º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de gastos, às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2002, inclusive, 5 anos após essa data e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2011 a 2014 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão, contudo, um impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Nota 25 – Consolidação das Contas da Sociedade

As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.



Nota 26 - Movimento na Situação Líquida

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas e Resultados Transitados				Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres, Pr.Emissão e Imp.Diferidos	Resultados Transitados	Total	
Saldos em 31/12/2013	13.150.000	5.598.026	55.556.432	-	61.154.458	6.111.824
Aplicação do Resultado de 2013	-	611.182	-	-	611.182	(611.182)
Dividendos	-	-	-	-	-	(5.500.642)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	<u>5.472.682</u>
Saldos em 31/12/2014	13.150.000	6.209.208	55.556.432	-	61.765.640	5.472.682

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

Nota 27 - Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe dos saldos relacionados com o Sector Público Administrativo é como segue:

Saldos Devedores:

IRC – A Recuperar	25.392
-------------------	--------

Saldos Credores

IVA – A Pagar	117.221
IRC - Royalties	9.079
Retenções de impostos sobre o rendimento	29.714
Retenções de imposto de selo	135.928
Contribuições para a Segurança Social	33.143
Contribuições para a Seg. Social - Independentes	3.852

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Nota 28 - Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço

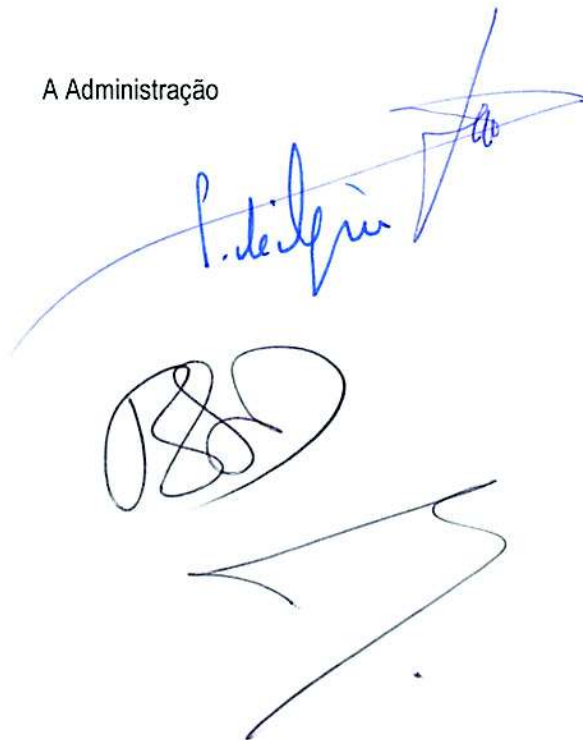
Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa tinha compromissos revogáveis (não vinculativos), referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 302.647.483,32 Euros.

Porto, 31 de Dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



A Administração





INVENTÁRIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO					
Títulos de rendimento fixo-emitidos por residentes.					
De dívida pública portuguesa					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros emissores públicos nacionais					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De rendimento fixo-emitidos por não residentes					
De emissores públicos estrangeiros					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De organismos financeiros internacionais					
De outros não residentes					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Valores de rendimento variável					
Emitidos por residentes					
- Acções					
- Quotas					
- Títulos de Participação					
- Unidades de participação					
- Outros valores					
Emitidos por não residentes					
- Acções					
- Quotas					
- Títulos de Participação					
- Unidades de participação					
- Outros valores					
Títulos subordinados					
- A curto Prazo					
- A médio e longo prazos					
Títulos próprios					
De rendimento fixo					
- A curto Prazo					
- A médio e longo prazos					
De rendimento variável					
- Acções					



- Títulos de Participação
- Outros Títulos

B. TÍTULOS - INVESTIMENTO

De rendimento fixo-de emissores públicos

De Dívida Pública portuguesa

- A curto prazo
- A médio e longo prazos

De outros emissores públicos nacionais

- A curto prazo
- A médio e longo prazos

De emissores públicos estrangeiros

- A curto prazo
- A médio e longo prazos

De rendimento fixo-de outros emissores

Emitidos por residentes

- A curto prazo
- A médio e longo prazos

Emitidos por não residentes

- Por organismos financeiros internacionais
- Por outros não residentes
- A curto prazo
- A médio e longo prazos

Valores de rendimento variável

Emitidos por residentes

- Acções
- Quotas
- Títulos de participação
- Unidades de participação
- Outros Valores

Emitidos por não residentes

- Acções
- Quotas
- Títulos de participação
- Unidades de participação
- Outros valores

Títulos subordinados

- A curto prazo
- A médio e longo prazos

Títulos próprios

De rendimento fixo

- A curto prazo
- A médio e longo prazos

De rendimento variável

- Acções
- Títulos de participação
- Outros Títulos

C. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signature and initials in blue ink.



Participações					
- Em instituições de crédito no País					
- Em instituições de crédito no estrangeiro					
- Em outras empresas no País					
- Em outras empresas no estrangeiro					
Partes de capital em empresas coligadas					
- Em instituições de crédito no País					
- Em instituições de crédito no estrangeiro					
- Em outras empresas no País					
- Em outras empresas no estrangeiro	1	16.00	16.00		16.00
Outras imobilizações financeiras					
TOTAL.....					16.00

NOTA: O montante a indicar na coluna "valor de balanço" corresponde ao total de cada especie de títulos

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

ANEXO IV

Unidade: Euro

CONTAS	Saldo do Exercício de 2013		Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações	Abates (Líquido)	Valor Líquido em 31.12.2014
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (Líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de Estabelecimento									0
Custos Plurianuais									0
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	27 126	27 126							
Outras	203	203							
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de Serviço Próprio	417 678	394 488	200			5 411			17 979
Equipamento	408 408	384 575	2 587			9 613			16 807
Património Artístico	898								898
Outras Imobilizações Corpóreas									
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imóveis									
Equipamento									0
TOTAIS	854 313	806 392	2 787			15 024		0	35 684

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Anexo V

Gestão de Riscos

A política de gestão de riscos da BNPP Factor, SA baseia-se numa vigilância e análise permanentes dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros a que se encontra exposta, com vista a eliminar ou minorar o efeito desses riscos.

Organização

A gestão global de riscos da BNP Factor, SA é da competência da Comissão Executiva, composta pela Direcção de Risco, Direcção Financeira, Direcção de Controlo e Compliance, Direcção da Relação com os Clientes e Direcção da Acção Comercial e do Marketing e pelo Director Geral/Administrador Delegado a quem cabe a coordenação deste órgão.

Encontram-se devidamente documentados todos os procedimentos e acções a desenvolver para uma boa gestão do risco nos seus mais variados aspectos, bem assim como está assegurada uma adequada segregação de funções e competências.

Risco de Crédito

A BNP Factor, SA desenvolve, exclusivamente, a actividade de factoring, que consiste na aquisição de créditos de curto prazo de fornecimentos empresariais de bens e de prestação de serviços, pelo que o seu risco de crédito é circunscrito ao devedor no caso do factoring sem recurso e no Aderente no caso do factoring com recurso.

À excepção dos créditos sobre o Sector Público Administrativo, Empresas Publicas e algumas Grandes Empresas, todos os créditos sem recurso encontram-se cobertos por uma apólice de seguro de crédito. Somente os créditos com recurso adiantado, e mesmo estes com limites por devedor, representam verdadeiro risco para a empresa.

No domínio específico do Risco de Crédito, e dentro dos limites que lhe estão atribuídos, a Direcção de Risco mantém total autonomia e independência na apreciação, com base nos seguintes indicadores:

Devedores:

- Aceitação e plafonds atribuídos aos devedores pela Coface;

Aderentes:

- Inexistência de incidentes e incumprimentos, penhoras ou dívidas ao fisco e segurança social; outros

- Limites de exposição ao risco de crédito;
- Relatórios de empresas de análise de risco;
- Análise da situação económico-financeira;
- Análise da factorabilidade do negócio.

Nos limites mais elevados, a Direcção de Risco, após a sua apreciação positiva, remete os dossiers para a Direcção de Risco da BNPP Factor - França, que de acordo com as competências que lhe estão atribuídas, valida e devolve ou dá parecer positivo e envia para a Direcção especializada do Grupo BNP Paribas, SA (GRM) para validação, competido ao Direcção Geral a decisão final que, em certos dossiers mais importantes, obriga a ratificação no Conselho de Administração seguinte.

Write-Off

A BNP Paribas Factor, SA procede ao abate de créditos ao activo das operações que são consideradas irrecuperáveis pelos tribunais, através de certidões de insolvência e ou perdão de dívida que tenham transitado em julgado e cujas provisões e imparidades estejam constituídas pela totalidade do crédito no mês anterior ao do abate.

Reversão de imparidade

Mensalmente a Direcção de Risco avalia a evolução individual dos créditos sujeitos a imparidade e, em caso de evolução favorável, conjuntamente com a Direcção Geral, propõe à Direcção Financeira o ajuste ao que considera ser a adequada cobertura.

Metodologias de Cálculo de Imparidades

Créditos:

Existe uma estrutura interna, devidamente documentada e aprovada pela Direcção Geral, para a avaliação económica mensal do risco de crédito efectuado pela Direcção de Risco com o apoio da Direcção Relação Clientes. É da responsabilidade da Direcção de Risco apresentar e discutir o cálculo das imparidades mensais com a Direcção Geral, a quem cabe decidir sobre os eventuais reforços ou reversões a efectuar.

A conferência e contabilização das imparidades e provisões são da responsabilidade da Direcção Administrativa e Financeira.



As imparidades sobre a carteira de crédito são calculadas e contabilizadas tendo por base as regras do Banco de Portugal definidas no Aviso 3/95, e no mínimo incluem (i) uma provisão específica para crédito vencido (entre 1% e 100%) em função da classe de risco e da existência ou não de garantia, e (ii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito tomado não vencido, incluindo o representado por garantias não bancárias e avales prestados, deduzido do crédito tomado sobre o Sector Público Administrativo, do crédito suportado por garantias bancárias e do crédito que tenha sido objecto de provisão específica. Em complemento, é efectuada uma avaliação individual e colectiva das imparidades, e, sempre que se verifique que, individualmente (ou colectivamente), as provisões regulamentares são insuficientes, a carga de provisões para esse risco específico é reforçada.

A avaliação das imparidades da carteira de crédito é efectuada em conformidade com o disposto na IAS 39 e tendo em consideração as características específicas da sua actividade. A análise é efectuada de acordo com as seguintes abordagens:

- Créditos com e sem indícios de imparidade - definição: consideramos créditos com indícios de imparidade todos os créditos em que haja atrasos ou alteração da forma de pagamento habitual. Para além disto, consideramos indícios de imparidade todas as informações externas negativas, tais como redução de limite de crédito pela seguradora, existência de incidentes, dívidas ao Fisco e à Segurança Social e moras registadas no BdP.
- Análise Colectiva de Imparidade: considerando a homogeneidade da carteira de crédito (factoring), a avaliação colectiva da imparidade económica da carteira de créditos é calculada tendo por base as taxas históricas (últimos 10 anos), (i) de entrada dos créditos em contencioso e (ii) de recuperação de créditos pelo contencioso. Esta análise tem demonstrado que, as provisões contabilizadas são substancialmente superiores ao risco de crédito histórico (análise colectiva).
- Análise individual de Imparidade: sempre que sejam detectadas situações que configurem dificuldades, comportamentos inadequados ou escroqueria, serão imediatamente considerados em vigilância e alerta (*Watch-list*), com acompanhamento permanente e decisões adequadas para minorar ou evitar perdas. O cálculo da imparidade individual é efectuado crédito a crédito, quando existam indícios objectivos de existência de imparidade individual, entre outros, os seguintes:
 - Incidentes e Incumprimentos;
 - Registo de incidentes na CRC do BdP;
 - Alertas de risco que indiquem degradação da situação da empresa ou grupo;
 - Penhora de contas;

- Pedidos de insolvência;
- Dívidas ao Fisco e Segurança Social;
- Acentuado aumento da probabilidade de incumprimento;
- Contas degradadas.

De sublinhar que, o valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

Imóveis recebidos por recuperação de créditos:

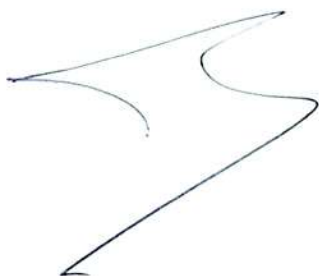
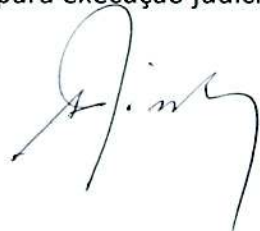
As imparidades acumulados no balanço para imóveis (terrenos), recebidos por dação em cumprimento para recuperação de créditos, foram constituídas tendo em conta avaliações de peritos profissionais independentes credenciados, a quem recorremos periodicamente (2 em 2 anos).

Reestruturação de Créditos

A BNPP Factor, SA procura, regra geral, que as reestruturações de crédito sejam pela via não judicial, a qual pode dilatar o prazo de maturidade através de pagamentos mensais, com inclusão dos juros vencidos e vincendos.

Em caso de incumprimento do plano acordado é desencadeado o processo de execução judicial da totalidade da dívida.

Caso a reestruturação do crédito não se revele exequível é remetido imediatamente para execução judicial.



a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

a.1)

Exposição 31.12.2014						Imparidade 31.12.2014		
Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Pequenas Empr. e Outras	7 428 780	7 344 912		83 868		119 051	95 143	23 909
Médias Empresas	37 910 775	37 272 899		637 876		970 530	372 729	597 801
Grandes Empresas	143 100 826	141 498 816		1 602 010		3 043 398	1 414 988	1 628 410
Grupos	182 031 680	177 284 567		4 747 113		5 839 446	1 772 846	4 066 601
ConstrCRE	6 642 491	6 366 660		275 831		291 623	63 667	227 957
EOEP	2 196 830	1 928 943		267 887		0	0	0
Total	379 311 382	371 696 797	0	7 614 585	0	10 264 049	3 719 372	6 544 677
Contencioso	9 741 825			9 741 825		9 741 825		9 741 825
Total Geral	389 053 207	371 696 797		17 356 410		20 005 874	3 719 372	16 286 502

a.2)

Da exposição Total 31.12.2014						Da Imparidade Total 31.12.2014			
Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30		Dias de atraso		Dias de atraso		Dias de atraso	
		Sem indícios	Com indícios	Sub-total		<30	entre 30 - 90	<=90	>90 dias
Pequenas Empr. e Outras	7 428 780	6 926 990		6 926 990		90 963	4 179		23 909
Médias Empresas	37 910 775	34 974 619		34 974 619		349 746	22 983		597 801
Grandes Empresas	143 100 826	136 119 002		136 119 002		1 361 190	53 798		1 628 410
Grupos	182 031 680	173 386 444		173 386 444		1 733 864	38 981		4 066 601
ConstrCRE	6 642 491	5 594 083		5 594 083		55 941	7 726		227 957
EOEP	2 196 830	1 928 943		1 928 943		0	0		0
Total	379 311 382	358 930 081	0	358 930 081	0	3 591 705	127 667	0	6 544 677

1

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Pequenas Empresas e Outras			Médias Empresas			Grandes Empresas			Grupos			Construção e CRE			EOEP		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2006																		
2007																		
2008																		
2009																		
2010				1	472	472	19	1 167 754	1 167 754	72	415 514	415 514	0	0	0	4	119 863	0
2011				162	156 451	156 451	85	227 238	227 238	330	2 338 937	2 338 937	0	0	0	13	100 248	0
2012				8	9 565	9 565	153	67 478	67 478	195	1 081 336	1 028 294	9	211 363	211 363	1	8 274	0
2013				7	195 766	17 362	17	6 702	6 702	15	50 786	50 594	0	0	0	36	24 662	0
2014	1	-820	-820	11 401	37 548 521	786 815	74	170 091	170 091	2	8 155	8 155	6	-1 384	-1 384	0	0	0
2015	3 645	7 429 600	119 871				37 624	141 461 563	1 403 630	67 632	178 136 952	1 997 952	3 362	6 432 512	81 645	365	1 943 782	0
Total	3 646	7 428 780	119 051	11 579	37 910 775	970 530	37 972	143 100 826	3 043 398	68 246	182 031 680	5 839 446	3 377	6 642 491	291 623	419	2 196 830	0

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e colectivamente, por segmento,

C.1) Por segmento:

31.12.2014	Pequenas Empresas e Outras			Médias Empresas			Grandes Empresas			Grupos			Construção e CRE			EOEP			Total
	Exposição	Imparidade		Exposição	Imparidade		Exposição	Imparidade		Exposição	Imparidade		Exposição	Imparidade		Exposição	Imparidade		
Avaliação Individual	5 096	5 096		123 471	123 471														128 566
Colectiva	7 423 685	113 956		37 787 305	847 060		143 100 826	3 043 398	182 031 680	5 839 446	6 642 491	291 623	2 196 830			379 182 816		10 135 483	
Total	7 428 780	119 051		37 910 775	970 530		143 100 826	3 043 398	182 031 680	5 839 446	6 642 491	291 623	2 196 830	0		379 311 382	0	10 264 049	

Handwritten signature and initials.



C.2) Por sector de atividade:

31.12.2014

01---Agricultura, produção animal, caça e
02---Forestry and logging
07---Mining of metal ores
08---Outras indústrias extractivas
10---Indústrias alimentares
11---Indústria das bebidas
12---Manufacture of tobacco products
13---Fabricação de têxteis
14---Indústria do vestuário
15---Indústria do couro e dos produtos do couro
16---Indústrias da madeira e da cortiça e suas
17---Fabricação de pasta, de papel, de cartão e
18---Impressão e reprodução de suportes
19---Manufacture of coke and refined petroleum
20---Fabricação de produtos químicos e de fibras
21---Fabricação de produtos farmacêuticos de
22---Fabricação de artigos de borracha e de
23---Fabrico de outros produtos minerais não
24---Indústrias metalúrgicas de base
25---Fabricação de produtos metálicos, excepto
26---Fabricação de equipamentos informáticos,
27---Fabricação de equipamento eléctrico
28---Fabricação de equipamento eléctrico
29---Fabricação de veículos automóveis,
30---Fabricação de outro equipamento de
31---Fabrico de mobiliário e de colchões
32---Other manufacturing
33---Reparação, manutenção e instalação de
35---Electricidade, gás, vapor, água quente e fria
36---Water collection, treatment and supply
37---Recolha, drenagem e tratamento de águas
38---Waste collection, treatment and disposal
41---Promoção imobiliária (desenvolvimento de
42---Engenharia civil
43---Actividades especializadas de construção
45---Comércio, manutenção e reparação, de
46---Comércio por grosso (inclui agentes),
47---Comércio a retalho, excepto de veículos
49---Transportes terrestres e transportes por
50---Transportes por água
51---Air transport
52---Armazenagem e actividades auxiliares dos
53---Postal and courier activities
55---Alojamento
56---Restauração e similares
58---Actividades de edição
59---Actividades cinematográficas, de video, de
60---Programming and broadcasting activities
61---Telecomunicações
62---Consultoria e programação informática e
63---Actividades dos serviços de informação
64---Actividades de serviços financeiros, excepto
65---Insurance, reinsurance and pension funding,
66---Activities auxiliary to financial services and
68---Actividades imobiliárias
69---Actividades jurídicas e de contabilidade
70---Actividades das sedes sociais e de
71---Actividades de arquitectura, de engenharia
72---Scientific research and development
73---Publicidade, estudos de mercado e
74---Outras actividades de consultoria,
77---Actividades de aluguer
78---Actividades de emprego
79---Agências de viagem, operadores turísticos,
80---Actividades de investigação e segurança
81---Actividades relacionadas com edifícios,
82---Actividades de serviços administrativos e de
84---Public administration and defence;
85---Education
86---Actividades de saúde humana
88---Social work activities without
94---Activities of membership organisations
95---Repair of computers and personal and
96---Outras actividades de serviços pessoais
xx---Desconhecido

Total

Exposição		
Avaliação		
Individual	Colectiva	Total
	1 013 730	1 013 730
	91 485	91 485
	381 161	381 161
	2 594	2 594
	20 125 583	20 125 583
	5 812 790	5 812 790
	1 463	1 463
	3 005 711	3 005 711
123 471	2 540 456	2 663 927
	941 492	941 492
	1 110 521	1 110 521
	4 362 884	4 362 884
	121 284	121 284
	7 501 044	7 501 044
	4 879 602	4 879 602
	238 929	238 929
	5 432 265	5 432 265
	2 503 171	2 503 171
	1 931 017	1 931 017
	8 175 192	8 175 192
	985 378	985 378
	4 970 724	4 970 724
	4 337 005	4 337 005
	31 938 441	31 938 441
	4 835	4 835
	143 195	143 195
	346 387	346 387
	1 641	1 641
	17 085 201	17 085 201
	11 787	11 787
	257 013	257 013
	638 559	638 559
	88	88
	272 414	272 414
	1 923 750	1 923 750
	5 573 696	5 573 696
5 096	56 387 276	56 392 371
	102 716 606	102 716 606
	2 464 665	2 464 665
	4 042	4 042
	4 413	4 413
	2 097 839	2 097 839
	336 314	336 314
	115 349	115 349
	1 733 636	1 733 636
	32 844	32 844
	65 369	65 369
	180 099	180 099
	19 195 215	19 195 215
	1 321 576	1 321 576
	327 802	327 802
	6 784 940	6 784 940
	218 502	218 502
	9 020	9 020
	317 717	317 717
	883 080	883 080
	2 028 349	2 028 349
	512 535	512 535
	168 209	168 209
	63 255	63 255
	138 619	138 619
	7 314 881	7 314 881
	89 200	89 200
	12 690	12 690
	52 113	52 113
	50 345	50 345
	504 032	504 032
	511	511
	2 259	2 259
	603 810	603 810
	400 000	400 000
	2 496	2 496
	21 521	21 521
	805	805
	33 358 392	33 358 392
128 566	379 182 816	379 311 382

Imparidade		
Avaliação		
Individual	Colectiva	Total
	10 137	10 137
	915	915
	3 744	3 744
	26	26
	198 650	198 650
	61 235	61 235
	15	15
	45 181	45 181
123 471	26 256	149 726
	7 527	7 527
	11 105	11 105
	44 167	44 167
	1 184	1 184
	76 105	76 105
	48 210	48 210
	-2 089	-2 089
	53 957	53 957
	24 399	24 399
	19 325	19 325
	81 727	81 727
	9 854	9 854
	54 006	54 006
	48 362	48 362
	329 732	329 732
	48	48
	1 646	1 646
	3 470	3 470
	16	16
	170 852	170 852
	73	73
	2 570	2 570
	6 114	6 114
	1	1
	211 809	211 809
	21 866	21 866
	54 258	54 258
5 096	639 015	644 111
	1 102 503	1 102 503
	24 761	24 761
	40	40
	44	44
	21 201	21 201
	3 343	3 343
	1 972	1 972
	16 144	16 144
	328	328
	654	654
	1 801	1 801
	224 338	224 338
	15 797	15 797
	3 278	3 278
	73 984	73 984
	-103	-103
	69	69
	3 177	3 177
	12 624	12 624
	21 825	21 825
	5 125	5 125
	1 622	1 622
	633	633
	1 386	1 386
	201 405	201 405
	982	982
	127	127
	521	521
	711	711
	72 969	72 969
	0	0
	0	0
	447 349	447 349
	4 000	4 000
	14	14
	652	652
	8	8
	5 604 730	5 604 730
128 566	10 135 483	10 264 049

C.3) Por geografia:

31.12.2014

AT - Austria	224 760	224 760
AU - Austrália	143 828	143 828
BE - Bélgica	1 192 502	1 192 502
BR - Brasil	6 534 687	6 534 687
CA - Canadá	442 572	442 572
CH - Suíça	1 389 642	1 389 642
CN - China	0	0
CV - Cabo Verde	89 210	89 210
CZ - República Checa	1 845 976	1 845 976
DE - Alemanha	9 580 886	9 580 886
DK - Dinamarca	254 616	254 616
ES - Espanha	14 292 901	14 292 901
FI - Finlândia	179 494	179 494
FR - França	11 781 898	11 781 898
GB - Reino Unido	12 793 003	12 793 003
GR - Grécia	0	0
HU - Hungria	43 555	43 555
IE - Irlanda	755 461	755 461
IT - Itália	5 635 302	5 635 302
JP - Japão	71 364	71 364
LU - Luxemburgo	858	858
MA - Marrocos	689 056	689 056
NL - Países Baixos	961 200	961 200
PL - Polónia	439 738	439 738
PT - Portugal	301 329 260	301 457 826
RO - Romênia	2 122 940	2 122 940
SE - Suécia	251 812	251 812
SG - Singapura	13 598	13 598
SI - Eslovênia	67 119	67 119
SK - Eslováquia	2 450 207	2 450 207
TR - Turquia	1 250 276	1 250 276
TW - Taiwan	0	0
US - Estados Unidos	2 312 874	2 312 874
ZA - África do Sul	42 218	42 218
Total	379 182 816	379 311 382

Exposição		Imparidade	
Avaliação		Avaliação	
Individual (watch-List)	Colectiva	Colectiva	Total
	224 760	3 026	3 026
	143 828	1 438	1 438
	1 192 502	11 925	11 925
	6 534 687	65 347	65 347
	442 572	4 426	4 426
	1 389 642	13 807	13 807
	0	0	0
	89 210	892	892
	1 845 976	18 460	18 460
	9 580 886	103 329	103 329
	254 616	2 546	2 546
	14 292 901	159 922	159 922
	179 494	1 795	1 795
	11 781 898	122 138	122 138
	12 793 003	144 211	144 211
	0	0	0
	43 555	436	436
	755 461	7 555	7 555
	5 635 302	54 656	54 656
	71 364	714	714
	858	9	9
	689 056	7 002	7 002
	961 200	9 826	9 826
	439 738	4 397	4 397
128 566	301 329 260	9 314 312	9 442 878
	2 122 940	21 229	21 229
	251 812	2 518	2 518
	13 598	136	136
	67 119	671	671
	2 450 207	24 502	24 502
	1 250 276	12 503	12 503
	0	0	0
	2 312 874	21 335	21 335
	42 218	422	422
128 566	379 182 816	10 135 483	10 264 049

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos e dação, por tipo de ativo e por antiguidade.

31.12.2014			
Ativo	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	1	1 245 000	1 225 591
Rural	1	275 000	273 168
Total	2	1 520 000	1 498 759

Tempo decorrido desde a dação/execução				
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos
Terreno				
Urbano				1 225 591
Rural	273 168			273 168
Total	273 168		1 225 591	1 498 759

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos.

31.12.2014			
Segmento	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado
Pequenas Empr. e Outras	3 957 052	3 440 889	30 838
Médias Empresas	23 856 798	13 745 945	308 032
Grandes Empresas	98 265 831	44 680 588	154 407
Grupos	118 689 727	63 253 500	88 452
Construções	3 879 904	2 538 379	224 209
EOEP	2 196 830		
Total	250 846 142	127 659 302	805 939

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, a actividade da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
- 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 10 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & Associados, SROC, S.A.

Representada por **Dr. Fernando Jorge Marques Vieira** - ROC n.º 564

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 401 276 322 Euros e um total de capital próprio de 80 388 320 Euros, incluindo um resultado líquido de 5 472 682 Euros), as Demonstrações dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Tal como mencionado no Anexo, até 31 de Dezembro de 2013, os juros de mora devidos por devedores, eram reconhecidos quando verificados, em simultâneo, o direito legal à cobrança, o recebimento efectivo e a confirmação formal da boa aceitação dos referidos juros de mora pelos devedores. A partir de 1 de Janeiro de 2014, a **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.** passou a reconhecer os juros de mora, desde que recebidos e verificado o direito legal à cobrança dos mesmos, independentemente da confirmação formal da boa aceitação pelos devedores. No entanto, esta alteração de política contabilística, não foi objecto de aplicação retrospectiva, tendo sido reconhecidos como resultados no exercício de 2014, 2,4 milhões de Euros de juros de mora imputáveis a exercícios anteriores.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo n.º 7, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, chamamos a atenção para o registo por estimativa, com base na informação disponível à data de encerramento das contas de 2014, de uma provisão prudencial para fazer face à perda potencial a suportar pelo **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.** na proporção da sua participação no Fundo de Resolução e em resultado da alienação do "Novo Banco, S.A." (Nota 15 do Anexo às Demonstrações financeiras).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de Março de 2015



MAZARS & Associados, SROC, S.A.

Representada por **Dr. Fernando Jorge Marques Vieira - ROC n.º 564**